

As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais¹

Elaine Aparecida Ramos

Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, Brasil.

E-mail: elaineramos89@gmail.com

Ana Claudia Giannini Borges

Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP Brasil.

E-mail: ana.giannini@unesp.br

Resumo

A partir da década de 1990, foi observado no campo brasileiro transformações nos meios e modo de produção ao longo das décadas, bem como no tamanho e distribuição das propriedades rurais, impactadas pela nova lógica de reprodução do capital. Nesse contexto, crescem no país as mobilizações pela realização da reforma agrária, fato que contribuiu para a criação de política de assentamento rural realizado pelo Estado. Foi um período em que houve a ampliação no número de assentamentos criados no país. O objetivo do trabalho é caracterizar a relação dos sujeitos com o território e analisar o uso da terra por meio do que foi produzido. Para tal, realizou-se levantamento bibliográfico sobre reforma agrária, território e assentamentos rurais, seguido de coleta de dados primários (entrevistas e formulários) com os assentados dos Projetos de Assentamento (PA's) Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. A partir disso, identificou-se que a relação de homens e mulheres com o território é resultante da intencionalidade desses, no qual se tem a constituição dos assentamentos, como espaço de vida e trabalho, e os meios e modos de produção adotados pelos sujeitos dos assentamentos rurais, no município de Ituiutaba (MG), o que tem possibilitado sua reprodução social.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, terra, território, reprodução social.

The forms of production and social reproduction in rural settlements

Abstract

From the 1990s, transformations in the mediums and ways of production over the decades were observed in the Brazilian countryside, as well as in the size and distribution of rural properties, impacted by the new logic of capital reproduction. In this context, grown in the country as mobilizations to carry out agrarian reform, a fact that contributed to the creation of a rural settlement policy carried out by the State. It was a period in which there was an increase in the number of settlements created in the country. The objective of the work is to characterize the relationship of the subjects with the territory and to analyze the land use through what was produced. To this end, a bibliographic survey on agrarian reform, territory and rural settlements was carried out, followed by the collection of primary data (interviews and forms) with the people who lives in the settlement projects (PA) Chico Mendes, Divisa and Engenho da Serra. From this, it was identified that the relation of men and women with the territory its result by their intentionality, in the constitution of settlements, as a space for

¹Pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada "Espacialização e territorialização dos primeiros assentamentos rurais implementados na década de 1990, em Ituiutaba (MG), com bolsa de mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

living and working, and the mediums and ways of production adopted by the subjects of rural settlements, in the municipality of Ituiutaba (MG), what has enabled their social reproduction.

Keywords: Rural settlements, land, territory, social reproduction.

Las formas de producción y reproducción social en los asentamientos rurales

Resumen

Desde la década de 1990, se observaron transformaciones en los medios y métodos de producción a lo largo de las décadas en el campo brasileño, así como en el tamaño y la distribución de las propiedades rurales, impactados por la nueva lógica de la reproducción del capital. En este contexto, las movilizaciones para llevar a cabo la reforma agraria están creciendo en el país, un hecho que contribuyó a la creación de una política de asentamiento rural llevada a cabo por el Estado. Fue un período en el que hubo un aumento en el número de asentamientos creados en el país. El objetivo del trabajo es caracterizar la relación de los sujetos con el territorio y analizar el uso de la tierra a través de lo producido. Con este fin, se realizó una encuesta bibliográfica sobre la reforma agraria, el territorio y los asentamientos rurales, seguida de la recopilación de datos primarios (entrevistas y formularios) con los pobladores de los Proyectos de Asentamiento (AP) Chico Mendes, Divisa y Engenho da Serra. A partir de esto, se identificó que la relación entre hombres y mujeres con el territorio es el resultado de su intencionalidad, en la cual los asentamientos se constituyen, como un espacio para la vida y el trabajo, y los medios y modos de producción adoptados por los sujetos de los asentamientos rurales en el municipio de Ituiutaba (MG), lo que ha permitido su reproducción social.

Palabras clave: Asentamientos rurales, tierra, territorio, reproducción social.

Introdução

No decorrer das décadas, foi observado no campo brasileiro as transformações nos meios e modos de produção, bem como no tamanho e distribuição das propriedades rurais, impactadas pela lógica de reprodução do capital. Essa contribuiu para a ampliação da concentração da posse da terra e a manutenção das contradições.

Nesse período, o Estado adotou políticas que integram a produção brasileira ao mercado internacional, gerando dependência e subordinação às demandas externas, o que contribuiu para o enfraquecimento das políticas de subsídios agrícolas destinadas à pequena produção e soberania alimentar. No país, esse contexto corresponde a um período de crescente mobilização social pela reforma agrária, com ações de diferentes grupos sociais e ação do Estado, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), viabilizando a criação de assentamentos rurais.

A adoção dessa política de reforma agrária, inicialmente, objetivava diminuir os conflitos e mobilizações no campo (OLIVEIRA, 2007). Os assentamentos rurais são resultado da materialização da luta de homens e mulheres por terra e território, sendo onde se dá a reprodução de diversos modos e meios de vida.

Além disso, o território é identificado também como elemento de investigação, em que parte dessa materialização se insere como resultado de uma política de reforma agrária no país e que, por conseguinte, permite a criação e recriação das relações de produção no campo (OLIVEIRA, 2007). É importante destacar que, a partir da década de 1990, tem-se o crescimento dos conflitos no campo e, no período de 1998 a 2006, observa-se a maior média de ocupações no país (DATA LUTA, 2015).

As ocupações de terras são as práticas de resistência e luta pela terra. Fernandes (2000) destaca que a ocupação é um meio importante de acesso à terra, de modo que os trabalhadores se somam ao processo político e econômico contra a expropriação, com a intenção de possibilitar sua criação e recriação em determinada espacialidade.

E com a conquista da terra, os assentados passam a ter outras demandas, tais como os meios de produção para iniciar a atividade econômica. Assim, o assentamento, além de ser um espaço para a moradia, produção agrícola, pecuária e/ou agroindustrial, é também lugar de debate político, visto que a conquista da terra possibilita aos assentados inclusão produtiva, social e política (FABRINI, 2002).

Em vista dessa conjuntura e a partir da criação dos assentamentos rurais, o objetivo do trabalho é caracterizar a relação dos sujeitos com o território e analisar o uso da terra por meio do que foi produzido. Para esse fim, fez-se necessário considerar como se deu o desenvolvimento do trabalho, as estratégias adotadas e a organização territorial, produtiva e social. Este trabalho tem como campo de estudo assentamentos rurais, criados na década de 1990, no município de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais.

Para tal, fez-se revisão bibliográfica sobre reforma agrária, território e assentamentos rurais, seguido de coleta de dados primários (roteiro e formulário de entrevista) com os assentados dos Projetos de Assentamento (PA's) Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. As entrevistas foram realizadas com um sujeito de cada assentamento, exceto para o PA Engenho da Serra que a entrevista foi concedida por duas pessoas. A escolha desses entrevistados considerou a relevância desses sujeitos nos assentamentos, como líderes, e a participação na ocupação até a consolidação do assentamento dessa fração do território. O processo de luta pela terra no município de Ituiutaba (MG) foi verificado a partir dos dados coletados nas entrevistas aplicadas por formulário aos assentados.

A aplicação de formulários teve como objetivo reunir e registrar dados sobre o perfil dos assentados e sobre os modos e meios de produção nos assentamentos. Esse instrumento foi aplicado às famílias assentadas dos PAs Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra, em que o universo é de 111 famílias cadastradas (INCRA, 2017c) e 136 de acordo com a pesquisa de campo, número que corresponde a capacidade total desses assentamentos. No entanto, foi possível aplicar o formulário em 72 lotes, visto que os demais não se encontravam no local, no momento da realização do trabalho de campo. A partir disso, foi possível identificar a organização social e produtiva das famílias residentes nesses assentamentos de Ituiutaba (MG).

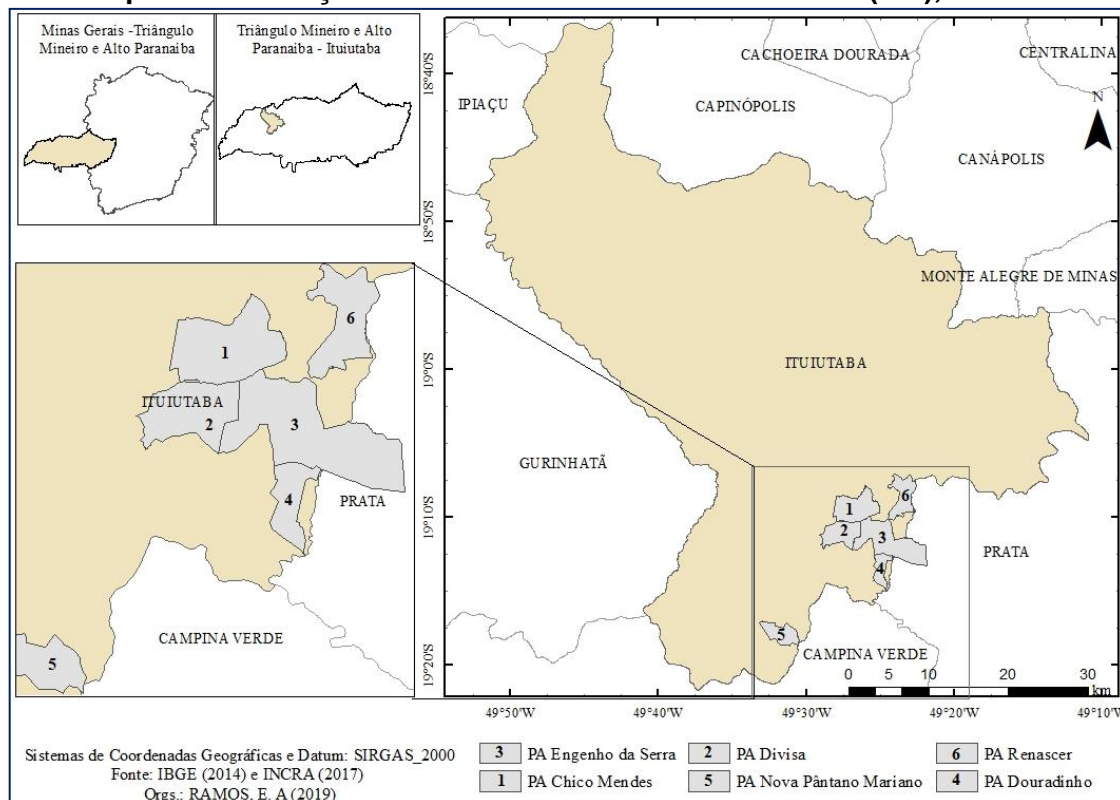
O trabalho de campo na área de estudo ocorreu nos meses de maio, novembro e dezembro de 2017 e janeiro e fevereiro de 2018. As entrevistas foram transcritas e os nomes dos entrevistados foram trocados por nomes fictícios, a fim de manter o sigilo.

Além disso, fez-se coleta de dados secundários do número de ocupações realizadas, no relatório Dataluta (2015), e do número e área dos assentamentos rurais e quantidade de famílias assentadas, no painel dos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Área do estudo

No município de Ituiutaba, identificou-se a criação dos primeiros assentamentos rurais a partir da segunda metade da década de 1990 e, nesse período, é observada a crescente ocupação de terras. A ação de grupos e movimentos sociais no município expressa a intencionalidade de sujeitos do campo e da cidade, por meio da luta e resistência, com o intuito de ampliar o número de famílias com posse da terra para, com isso, produzir e gerar seu sustento.

Mapa 1. Localização assentamentos rurais em Ituiutaba (MG), 2017.



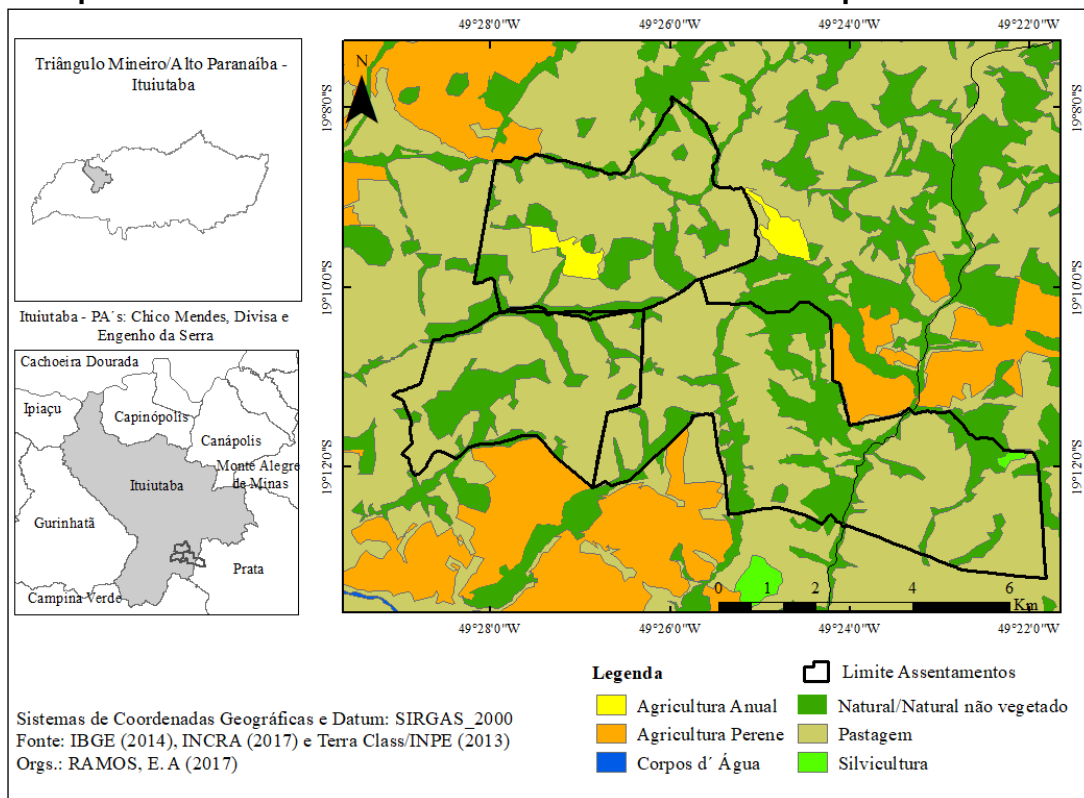
Org.: Elaboração própria.

Até 2018, identificou-se seis assentamentos rurais: PA Chico Mendes, PA Divisa, PA Douradinho, PA Engenho da Serra, PA Pântano Mariano e PA Renascer (MAPA 1). Os seis assentamentos do município correspondem a 6,40% da área e a 7,06% do número total de assentamentos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (INCRA, 2017).

Dentre os assentamentos existentes no município, três foram criados na década de 1990: Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. A área total desses assentamentos corresponde a 5.276,924 hectares, onde vivem o total de 136 famílias (INCRA, 2017).

O uso da terra nos assentamentos corresponde a áreas de pastagem e vegetação natural/natural não vegetado, entretanto, além desses usos, identifica-se áreas para o cultivo de agricultura anual no PA Chico Mendes e a silvicultura no PA Engenho da Serra (MAPA 2).

Mapa 2. Uso da terra nos assentamentos rurais do município de Ituiutaba.



Org.: Elaboração própria.

Predomina-se nos assentamentos o uso da terra por pastagem. Já no entorno desse território, há existência do uso da terra por agricultura perene. E, ao realizar trabalho de campo nessa área, foi possível verificar que essa cultura é a lavoura de cana-de-açúcar.

Caracterização e organização nos PA's Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra

Os assentamentos rurais correspondem a conquista da fração do território resultante da territorialização de homens e mulheres que, na segunda metade da década de 1990, impulsionado pela intencionalidade das ações desses sujeitos, resulta na ampliação no número de assentamentos rurais no país. "Assentar na terra é dominar, controlar e ter poder sobre o espaço, o que conforma o território". (FABRINI, 2011, p. 103)

A implantação de Projetos de Assentamentos tem como plano de fundo as ações dos movimentos e grupos sociais exigindo o direito à terra, no qual as cobranças e os conflitos são acentuados no período. A partir do aprofundamento dessas lutas por reforma agrária, o Estado adota política pública de assentamento fundiário. (OLIVEIRA, 2007)

Fabrini (2011) ressalta que:

A realização dos assentamentos de reforma agrária geralmente é precedida pelas ocupações de terra. As ocupações e acampamentos sem-terra também possuem conteúdo territorial, pois implicam no solapamento do domínio dos latifundiários sobre um determinado espaço. (FABRINI, 2011, p. 103)

Conforme aponta Souza (2009, p. 108), “o território é a organização espacial da diferença. Ele não apenas reflete a realidade como também constrói o sentido desta realidade (objetivação e intencionalidade).”

A partir disso, identifica-se que constituição dos assentamentos, PA Chico Mendes, PA Divisa e PA Engenho da Serra, se deu a partir de diferentes grupos e movimentos sociais, resultado de resistência e luta desses sujeitos. Os homens e mulheres dos movimentos sociais e grupos sociais que compuseram a luta e resistência para a implantação desses projetos faziam parte dos seguintes: Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FEATAEMG). Ressalta-se que essas ações não se restringem ao momento de ocupação, pois é algo constante nas práticas das famílias, no território conquistado.

É importante destacar nessa luta que, mesmo depois de quase vinte anos, as famílias que ali vivem não têm o título de propriedade da terra². Condição em desacordo com o Art. 189. da Constituição Federal de 1988, que trata que “Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. (BRASIL, 1988) Frente a essa situação, quando perguntado a eles o porquê, eles respondem que o INCRA não o fez ainda. José aponta:

[...] nós já estamos com o contrato vencido, já quase há oito anos, segundo o contrato de posse, a partir de dez anos, essas parcelas eram para ser titularizadas, e até hoje elas não foram, [...] titularizada, o Incra já veio aqui um tempo desse, disseram que vão entrar no processo, mas a gente sabe que é muito demorado, [...] no ponto negativo que eu vejo, são muitas famílias desistem de sua parcela e repassam isso para outras pessoas.

Apesar dessas famílias não terem recebido seus títulos, a ausência da emissão dos documentos não as impede de produzir. Assim, ao longo dos anos, desde a criação dos assentamentos, foi produzida uma diversidade de produtos para o consumo interno e para a comercialização.

²Em Minas Gerais, foram expedidos 231 títulos de domínio, os beneficiários destes são de 8 municípios mineiros: Betim (PA Dom Orione), Governador Valadares (PA Oziel Alves Pereira), Janaúba (PA União), Mariana (PA Cafundão), Minas Novas (PA Adrião Capivari), Santa Vitória (PA Porto Feliz), Senador Modestino Gonçalves (PA Lagoa Bonita) e Uberlândia (PA Nova Tangará). (INCRA, 2018) O número de títulos expedidos é irrisório, diante da quantidade de assentamentos que foram criados e famílias assentadas. (INCRA, 2018)

Acampamentos e assentamentos constituem-se em novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem- e/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 2007, p. 137-138)

Apartir do acesso à terra, os assentados desses assentamentos realizaram diferentes produções em seus lotes e resgatam valores e conhecimentos, como ressaltado por Fabrini (2011, p. 103).

Nos assentamentos são recuperados e recriados um conjunto de saberes e conhecimentos que estavam perdidos no território latifundiário e do agronegócio. Assim, os valores comunitários, solidariedade, trabalho e ajuda mútua, produção de subsistência, por exemplo, não são varridos completamente do espaço agrário.

O assentado José relata, de certa forma, os caminhos utilizados por eles no uso da terra, que foram trilhados de forma incerta até se organizarem. Para José, os principais produtos no PA Divisa foram: “no início o abacaxi, arroz e algodão, e o leite é o mais produzido, algumas hortas, mas para consumo interno, frango, porco, milho, mandioca.” Ele afirma inclusive que tentou produzir o abacaxi, inicialmente, pois era a cultura que produzia antes de migrar para Ituiutaba, mas que “não deu certo, ficava difícil para vender, as vezes perdia, então o leite foi a melhor coisa para nós aqui”.

Complementando, a sua fala, ele destaca que concomitantemente a essas produções agrícolas, há a criação de gado leiteiro que ocorreu com a “aquisição dos primeiros animais, praticamente um ano depois.” A mesma tendência se verifica no Engenho da Serra e no Chico Mendes. Porém, vale ressaltar que os assentados do PA Engenho da Serra tentaram produzir leite orgânico e, conforme João, “o grupo caminhou bem, mas depois não tivemos apoio pra continuar, faltou orientação pra a gente continuar”.

Conforme apontam Souza, Gebara e Jorge (2009), a adoção de novos fazeres representa uma forma estratégica de sustentabilidade econômica e manutenção da estrutura familiar na unidade da produção. Portanto, a adoção de novas atividades no campo, constitui-se de uma alternativa ao desenvolvimento produtivo e social das famílias assentadas.

Desse modo, as estratégias escolhidas pelos assentados permitem o desenvolvimento da territorialidade, a partir das ações e práticas observadas nesses assentamentos. A territorialidade, portanto, vai além da relação do sujeito com o território, correspondem ao conjunto de elementos relacionados aos modos e meios de vida e representação no território. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade compreende a

relação entre sociedade-espaco-tempo, ou seja, origina-se da relação entre elementos que variam ao longo do tempo.

O território desses assentamentos, por sua vez, é constituído a partir da “organização espacial da diferença, das diferentes formas de exercício e consolidação do poder sobre determinada espacialidade” (SOUZA, 2014, p. 4). Destarte, a partir das diferenças que possam vir a ter o território, compreende-se a realidade desse, baseado no desenvolvimento da territorialidade.

Em vista disso, as famílias que vivem, nesses assentamentos, são compostas por pessoas de diferentes procedências, em sua maioria da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e é essa diversidade, com as mais diversas demandas, entre elas de terra e trabalho, que se constitui o território dos assentamentos.

A produção nos assentamentos de reforma agrária: organização produtiva e renda

Nos PAs foi identificado que, mesmo com atividades diversificadas, a principal atividade desenvolvida dos lotes é a pecuária leiteira. Segundo o extensionista do EMATER³, a aptidão agropecuária da área onde se localizam os assentamentos corresponde a pecuária, assim como indicado pelos laudos de avaliação dos imóveis rurais realizado pelo INCRA (1998) e EMATER (2018).

O leite é matriz produtiva e, portanto, a manutenção da pecuária, como principal atividade, contribui para a ampliação da produção leiteira nos assentamentos e no município. Isso é evidenciado na fala de José, ao contar sobre a atividade leiteira no PA Divisa

[...] mas o que a gente vê é que parte de produtividade avançou muito nas áreas de assentamento, [...] eu avalio assim, quando a gente chegou aqui o proprietário produzia 154 litros de leite por dia aqui, e hoje essa propriedade produz aqui cerca de 5 a 6 mil litros de leite dia, 10, 15 vezes mais, [...] aumentou a produtividade, fora outras coisas. Ele tinha na propriedade cerca de 500 animais, essa propriedade aqui hoje tem de 3 a 4 mil animais então tudo isso são pontos positivos [...], a terra realmente está produzindo, então se há mais propriedades disponíveis e são parceladas, com certeza vai haver um aumento de produtividade em todo sentido, isso é bom, pras famílias, isso é bom, [...] pro município que recebe mais renda, todo recurso que a gente recebe aqui é gasto dentro da cidade. Então, isso gera muito benefício, não só pras famílias, como pra sociedade em geral, pro governo, que tudo isso gera imposto. (JOSÉ, 2017)

³Contato realizado para identificação das características produtivas do município e dos assentamentos.

A partir dessa fala do entrevistado José e das informações obtidas nas demais entrevistas (TABELA 1), evidencia-se que a principal atividade desenvolvida para geração de renda nos assentamentos é a pecuária leiteira. O desenvolvimento dessa atividade praticada corresponde a 92,3% no PA Engenho da Serra, 90% no PA Divisa e 61,9 % no PA Chico Mendes (TABELA 1).

Tabela 1. Principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, dos assentamentos, 2017/2018.

Principais atividades econômicas (%)				
PA's	Agricultura	Pecuária	Agricultura e Pecuária leiteira	Pecuária de corte e gado solteiro
Chico Mendes	14,29	61,90	23,81	-
Divisa	-	90,00	10,00	-
Engenho da Serra	-	92,30	-	7,70

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Assim, pode-se considerar que a pecuária é a atividade econômica principal em todos os assentamentos, visto que mais de 60% das famílias entrevistadas a destacam. A agricultura é observada como atividade econômica relevante, principalmente no assentamento Chico Mendes, sendo a única para 14,29% das famílias e conjuntamente com a pecuária para 23,81%. Neste assentamento, os principais produtos destinados para a comercialização são PA: cenoura, mamão, jiló, pimenta, hortaliças, manga, abóbora, batata, laranja, melancia, milho, limão e mexerica. Esses produtos são vendidos via PAA e PNAE para unidades da rede de ensino e a produção excedente é vendida a sacolões e/ou pessoas na cidade de Ituiutaba. Para o assentamento Engenho da Serra, a agricultura não é indicada por nenhuma família como atividade econômica. No entanto, 7,7% indicam que há outras atividades econômicas consideradas como principais, são elas: pecuária de corte e gado solteiro. A quantidade de gado criado pelas famílias nos assentamentos está apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Famílias com criação de gado (por quantidade de cabeças) nos PAs.

Famílias com criação de gado (%)			
PA's	Até 30 cabeças	De 31 a 50 cabeças	Acima de 50 cabeças
Chico Mendes	58,82	35,29	5,88
Divisa	10,53	26,32	63,16
Engenho da Serra	56,25	31,25	12,50

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

A escolha por essa atividade, principalmente a leiteira, se deve a: segurança, facilidade, custos baixos de produção e garantia de renda. Razões também destacadas por

Paulino (2003). Além disso, os assentados evidenciaram dificuldades para a realização da atividade agrícola, como a preparação da terra (falta de instrumentos de trabalho, condições da terra e apoio técnico insuficiente) e de comercialização dos produtos agrícolas (estrada e transporte). No que se refere ao apoio técnico, conforme aponta o extensionista da Emater, o serviço oferecido não é suficiente para atender as demandas das famílias, devido ao reduzido número de profissionais.

A produção de leite pelas famílias nos assentamentos pode ser observada na Tabela 3, em que se identifica que mais de 50% das famílias tem a atividade econômica leiteira, produzindo mais de 50 litros dia, indicativo da relevância dessa atividade para a renda dos assentados.

Tabela 3. Famílias produtoras de leite (capacidade de produção) nos PAs.

Famílias produtoras de leite (%)			
PAs	Até 50 litros	De 51 a 100 litros	Acima de 100 litros
Chico Mendes	31,25	25,00	43,75
Divisa	-	33,33	66,67
Engenho da Serra	47,06	47,06	5,88

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Porém, é importante considerar que se observa a obtenção de outras rendas por essas famílias, que são as rendas não monetárias. Segundo Bellentani (2010), a renda não monetária corresponde a produção de animais e/ou vegetais produzidos para o consumo das famílias. Entende-se, assim, como a produção realizada para o autoconsumo e autoabastecimento. (BELLENTANI, 2010)

Dos produtos relacionados a renda não monetária, evidenciados nos assentamentos, destacam-se: mandioca, hortaliças, limão, jaca, guapeva⁴, pimenta, mexerica, laranja, milho, manga, cana-de-açúcar⁵, guariroba, goiaba, batata-doce, abóbora, jiló, banana, abacate, cajá-manga, melancia, feijão-macáçar, quiabo, jurubeba, abacaxi, manga, dentre a produção agrícola, e frango, ovos, leite, queijos, doces e suínos, da pecuária.

Outra fonte de renda é proveniente daquelas atividades que destinam sua produção ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PA Chico Mendes é o único, dos assentamentos analisados, que possui famílias cadastradas nesses programas (TABELA 4). Dentre aqueles que desenvolvem a agricultura, 75% estão inseridos nas políticas públicas de desenvolvimento rural.

⁴ Fruto típico do Cerrado.

⁵ A cana-de-açúcar existente é utilizada para a alimentação do gado.

Tabela 4. Produção e Renda das famílias vinculadas ao PAA e PNAE, no PA Chico Mendes.

	Produção destinada aos programas	Renda familiar proveniente destes programa
Até 50%	0	33,33
Mais de 50%	50	50
100%	50	16,67

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Na Tabela 4, das famílias cadastradas nos programas, 50% destinam toda sua produção ao PAA e PNAE (FIGURA 1) e 50% destinam mais da metade de sua produção. Isso indica a significância desses Programas para composição das rendas, visto que para 66,67% das famílias a renda tem essa origem.

Vale destacar que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é uma política pública do Governo Federal que viabiliza a compra de alimentos da produção familiar. E o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído a partir da Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), estabeleceu que 70% dos recursos federais fossem aplicados em produtos básicos, o que possibilitaria o fomento do desenvolvimento da economia local e alimentação nutritiva aos estudantes da escola básica. (FNDE, 2017)

Ao serem questionados quanto a importância dos programas na venda dos produtos, as respostas variaram em relação a conseguirem comercializar seus produtos, os preços, a melhoria nas condições de vida e renda, assim como a sobrevivência no lote. Todos esses assentados perceberam mudança a partir do cadastro nesses programas. Dentre as mudanças evidenciadas pelos assentados destacam-se: garantia de contrato, preço e renda. Assim, pode-se considerar que as dificuldades financeiras familiares foram diminuídas, bem como os prejuízos produtivos (garantia de venda e de recursos para investir na melhoria da produção). Desse modo, os produtos vendidos a partir da comercialização, via PAA e PNAE, possibilitou a garantia para que essas famílias mantivessem seu modo de vida nos lotes.

Figura 1. Produção agrícola destinada ao PAA/PNAE no PA Chico Mendes, 2018.



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Observa-se que nos lotes onde as famílias são cadastradas nos programas públicos (PAA e PNAE), há uma diversidade produtiva (FIGURA 1). As famílias garantem sua reprodução por meio de sua inserção nessas políticas, permitindo a reprodução das famílias camponesas e, portanto, fortalecendo a produção de alimentos para o município e para a merenda escolar. Esse fato corrobora com a pesquisa apresentada por Arlindo e Almeida (2018) que, ao analisarem a luta dos assentados do Assentamento Primavera II em Mirandópolis (SP), constataram que a política pública do PAA contribuiu, sobremaneira, para a permanência do assentado na terra, caracterizando esse programa como “uma alternativa que se materializa em resistência”. (ARLINDO; ALMEIDA, 2018, p.104)

O que não significa dizer que essas políticas são suficientes para garantir a reprodução social das famílias no assentamento. Segundo Lopes e Almeida (2012), os recursos para o desenvolvimento do PAA, ainda são insuficientes, porém, demonstra resultados importantes aos ‘produtores da agricultura familiar camponesa’. Os autores afirmam que esses resultados revelam a dimensão das ações do Estado que, por meio de políticas como essa, possibilita a esses sujeitos vantagens em relação a comercialização de seus produtos e, também, no estabelecimento dos preços a serem praticados. Porém, há um baixo percentual de famílias inseridas nesses programas e isso permite inferir que

alternativas são tomadas pelas famílias, na busca por outros meios de garantir sua reprodução social.

Contraopondo esta lógica de funcionamento, tem-se a produção leiteira que é destinada para laticínios de Ituiutaba e de municípios próximos. O leite produzido é armazenado em tanques de expansão (FIGURA 2). Há assentados que armazenam o leite coletivamente e fazem o controle diário do volume de depósito nos tanques, para posteriormente calcular os rendimentos oriundos de sua produção. Nos assentamentos, há produção leiteira realizada manualmente, bem como por ordenha mecânica.

Figura 2. Pecuária leiteira nos assentamentos PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra.



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A coleta do leite é realizada a cada dois dias, pela empresa responsável pelo transporte do produto. A produção leiteira, majoritariamente, é destinada a agroindústrias leiteiras. De acordo com o levantamento realizado, foi identificado o fornecimento de leite para três laticínios distintos: Alimentos Triângulo Mineiro, Laticínio Canto de Minas e Piracanjuba.

A empresa Laticínio Canto de Minas localiza-se no município de Ituiutaba e foi criada no ano de 1994. Tem unidades de produção, além do estado de Minas Gerais, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amapá e Maranhão. O leite utilizado na

produção é coletado a cada 48 horas, para após ser pasteurizado. A empresa produz diferentes tipos de queijo, requeijões e fermentados (CANTO DE MINAS, 2017). A outra empresa é a Alimentos Triângulo Mineiro que foi fundada no ano de 1985 e está localizada no município de Canápolis na BR-153. A atividade inicial da empresa consistia na produção de doces caseiros, passando a produzir exclusivamente leite condensado e leite UHT, que são distribuídos e comercializados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Mato Grosso do Sul (ALIMENTOS TRIÂNGULO MINEIRO, 2017). A empresa Piracanjuba faz parte do grupo Laticínios Bela Vista, que possui unidades de produção próprias e terceirizadas, em diferentes estados (Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais). A unidade, a qual os assentados fornecem o leite, localiza-se no município de Santa Vitória - MG. (PIRACANJUBA, 2018).

O contrato com as empresas pode ser firmado de forma individual ou coletiva (Associações). As associações são importantes enquanto alternativa à produção e reprodução das famílias, visto que propicia a participação daqueles que tem baixa produção. Segundo o José, o contrato estabelecido por associação garantiu melhores condições de negociação, com o pagamento de preços mais justos aos fornecedores de leite. Além disso, garantiu uma previsão da renda, diminuindo as incertezas dos assentados. José aponta as mudanças que foram percebidas, a partir da criação da associação e o estabelecimento de contratos com laticínios:

Fez diferença, porque o leite quando tem muito, ele baixa o preço, quando tem pouco sobe, e nessa variação se você tem um preço estável, com contrato de um ano, você sabe programar toda a sua produção, o que você vai investir em ração pros animais, porque você já tem, mais ou menos a sua renda definida, né, você tem mais ou menos uma visão do que você vai ganhar. Então, antes de a gente se organizar nesse sistema, acontecia que a gente previa que o leite daqueles 2 ou 3 meses ia melhorar de preço e o que que acontecia, a gente acabava fazendo um investimento maior em ração, né em alguns produtos, pra aumentar o leite e acontecia que o leite baixava. Então acabava que as vezes a sua renda diminuía muito e isso gerava um desânimo no pessoal, isso aconteceu muito, de pessoas vender todo seu gado de leite por essa situação, né. Não, não compensa. E a partir disso, de uns 4 anos pra cá, que a gente começou a se organizar, nesse sistema, você não vê ninguém falar que quer vender o gado, que está desanimado, é pelo contrário, as pessoas querem investir mais, mais matriz, mais animais, pra aumentar a produção. Então, eu vejo que houve um avanço muito grande em relação a isso. (JOSÉ, 2017)

Por outro lado, percebe-se uma dependência das famílias aos laticínios, em que por mais que tenham a garantia de venda de seus produtos, estabelece-se a sujeição dos assentados aos laticínios da região. Identifica-se, portanto, a sujeição da renda da terra, a partir da integração dos assentados com os laticínios, transferindo a riqueza gerada pelos camponeses aos capitalistas do setor. É possível entender, a partir de Paulino e Almeida (2010), que esse fenômeno ocorre, pois, nessa integração, a exploração sobre o assentado

se dá de maneira indireta, em que a preservação da propriedade da terra e de sua força de trabalho aparecem ocultas ao seu produto. Consequentemente, tem-se a monopolização do território pelo capital do setor leiteiro.

Nesses assentamentos, seguindo a lógica apresentada por Paulino e Almeida (2010), a pesquisa de campo identificou que a maioria das famílias vende a produção do leite para laticínios, em destaque a empresa de Alimentos Triângulo Mineiro (TABELA 5). Esta está localizada em outro município, distando a 75 km da Capela Nossa Senhora Aparecida (PA Engenho da Serra).

Tabela 5. Laticínios de destino da produção do leite das famílias nos PAs.

PAs	Laticínios		
	Alimentos Triângulo Mineiro	Canto de Minas	Piracanjuba
Chico Mendes	60,00	33,33	6,67
Divisa	78,95	21,05	-
Engenho da Serra	81,82	9,09	9,09

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

A fala de José ajuda a explicar esta escolha: “[...] houve uma modificação, os líderes se reuniram e procurou outro laticínio (Alimentos Triângulo Mineiro), dentro das condições, das propostas da comunidade, né o preço, o valor, contrato.”

No acordo estabelecido de compra e venda do leite, considera-se o índice CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TABELA 6). O índice CEPEA utilizado como base para o cálculo do valor pago do leite é definido mensalmente, considerando os preços brutos do leite, que se referem aos valores pagos por laticínios/cooperativas e os preços líquidos dos valores recebidos pelos produtores (CEPEA, 2017).

Tabela 6. Preços pago ao produtor: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - Preço Líquido (Abr/Mai), 2017.

	Máximo Líquido	Mínimo Líquido	Médio Líquido
Preço	1,4543	1,1507	1,3104

Fonte: Elaborada a partir de CEPEA/ESALQ (2017).

A determinação dos preços pagos aos assentados corresponde ao índice CEPEA e um adicional que varia de R\$ 0,08 a R\$ 0,12, de acordo com a qualidade do leite fornecido. Desse modo, para que os assentados consigam atingir melhor preço pago no litro do leite precisam garantir padrão de qualidade. Segundo Paulino (2003), ao analisar a instituição do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), verifica que essa medida

faz com que a responsabilidade sobre a qualidade do leite seja dos produtores, beneficiando as indústrias em detrimento daqueles.

Assim, o setor leiteiro também é impactado pela liberalização econômica e isso amplia o poder das empresas frente ao produtor (PAULINO, 2003). Com essa liberalização, o Estado viabiliza o “fortalecimento dos oligopólios”, o que acarreta diminuição dos níveis de renda dos pequenos produtores.

De acordo com as informações coletadas, as atividades desenvolvidas no lote não são suficientes para a geração de renda de algumas famílias. Assim, algumas famílias, para garantir sua reprodução e permanência nos lotes, optam pelo trabalho na área urbana e em fazendas próximas, retornando para a relação capital/trabalho. Essa dificuldade é observada desde o início do acampamento, como relato de José,

Outras [dificuldades] por exemplo não tinha recursos pra permanecer, então teve alguns sindicatos ajudou pra que aquelas famílias permanecesse até vim os primeiros recursos. Pra poder ele começar a trabalhar normal, alguns de nós conseguimos é serviços em propriedades aqui, é vizinha, isso é que garantiu o sustento até a gente normalizar. (JOSÉ, 2017)

Assim, as rendas são complementadas por trabalho registrado (professoras e secretárias) e temporário (“bicos”) em fazendas próximas ou na cidade (corte da cana-de-açúcar, capina, construção civil, construção de cercas nas fazendas, plantio de milho e cana-de-açúcar, dentre outras). Destaca-se, também, a relevância das aposentadorias para a renda das famílias.

Para identificar o valor da renda das famílias assentadas, utilizou-se como parâmetro o salário mínimo nacional para o ano de 2017, dividido em quatro categorias: até 1 salário mínimo, até 2 salários mínimos, até 3 salários mínimo e mais de 4 salários mínimos (TABELA 7).

Tabela 7. Renda média mensal oriunda na produção no lote, 2017/2018.

PAs	Renda média das famílias (%)			
	Até R\$937,00	De R\$937,01 a R\$1.874,00	De R\$1.874,01 a R\$2.811,00	Mais de R\$2.811,01
Chico Mendes	23,81	47,62	19,05	9,52
Divisa	10,00	45,00	5,00	35,00
Engenho da Serra	61,54	23,08	15,38	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2017/2018).

Verifica-se que, no PA Chico Mendes e PA Divisa, as rendas médias estão principalmente dentro da faixa “De R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00”, sendo de 47,62% e 45% respectivamente, e para PA Engenho da Serra na faixa de “até R\$ 937,00” (61,54%).

Frente a relevância da atividade leiteira, pode-se afirmar que essa é a principal geradora de renda. Assim, essa produção se justifica, visto que, segundo CLEPS JR. (1998), o setor do leite é o de maior tradição na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de ser o setor mais relevante para ocupação econômica e renda dos produtores da região. Os autores Souza, Gebara e Jorge (2009), também, destacam que o leite, como matriz produtiva nos assentamentos, consiste em uma importante atividade econômica e de subsistência. Assim como Almeida (2006, p. 286):

[...] para o campesinato o gado [leiteiro] tem função de garantir a reprodução do grupo familiar, porque, para ele, acumulação tem sentido de melhoria das condições de vida. Situação esperada por qualquer grupo social, caso contrário, seria idealismo. (p.286)

Portanto, essa atividade é a principal responsável por satisfazer as necessidades das famílias dos PAs. Paulino e Almeida (2010, p. 43) salientam que “A apropriação da renda aparece convertida em bem estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares.” Por isso, dentre outros, considera-se a importância do leite como matriz produtiva nos assentamentos. O desenvolvimento de práticas, durante a construção desse território e diante da busca por alternativas para garantir a reprodução do grupo familiar, possibilita a construção de uma diversidade de saberes a partir das realidades vivenciadas.

A produção dos PAs difere, portanto, da produção capitalista, pois não se observa nos assentamentos a utilização das rendas como capital, mas sim como meio para a subsistência. Para Marx (1985, p. 660), a lógica capitalista se dá quando “Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital.”

Desse modo, verifica-se que a integração nos assentamentos permite possibilitar melhores condições de vida para as famílias. Essa integração caracteriza-se como uma lógica diferenciada, conforme Souza, Gebara e Jorge (2009), pois a inserção se dá a partir do princípio básico de reprodução e não de acumulação. Desse modo, a permanência dessas famílias se estabelece a partir das relações sociais, de suas práticas socioespaciais e de seus entendimentos sobre o trabalho, utilizando da terra como valor de uso e não de troca ou reserva (SOUZA, 2009).

Assim, a partir da materialização destes territórios e diante da integração com a agroindústria leiteira e dos programas públicos PAA e PNAE, os assentados conseguem garantir sua reprodução social, bem como a possibilidade de melhores condições de vida.

Isso posto, a territorialização e territorialidade são processos contínuos, no qual as práticas sociais inseridas, nessa espacialidade, são determinantes para se analisar as transformações oriundas do processo de espacialização dos assentamentos rurais em Ituiutaba. De modo que, a partir das relações de poder observadas, representam a materialidade e imaterialidade dessa fração do território, expressa pelas relações sociais e de produção na diversidade das características dos sujeitos, das habitações, dos movimentos e do modo de vida.

Considerações finais

Os assentamentos rurais correspondem a uma fração do território constituído a partir da conquista dos assentados que se organizam, a fim de alcançar melhores condições. Inicialmente, para garantir as necessidades das famílias, há várias tentativas de produção agrícola, porém isto resulta em custos e riscos decorrentes do desconhecimento da condição real da terra, do mercado local e da falta de recursos, problemas que poderiam ser reduzidos com a assistência técnica e apoio do Estado.

Com o desenvolvimento dos assentamentos estudados, observa-se a diversificação da produção para autoconsumo e comercialização. Há o predomínio da produção agrícola no PA Chico Mendes que se sustenta com a integração aos programas de desenvolvimento rural (PAA e PNAE). Nesse caso, observa-se a menor dependência a lógica de mercado e a garantia da reprodução das famílias.

Por outro lado, nos três assentamentos, a produção predominante é a leiteira que é negociada, principalmente, com laticínios. Para aumentar o poder de negociação, visto que a lógica é de mercado, os assentados formam associações. A partir dessa organização conseguem firmar contratos mais vantajosos quanto ao preço, visto que negociam volumes maiores de leite. Além disso, diminuem a incerteza quanto a produção, pois nos contratos estão estipulados a média da produção. No entanto, esses contratos aumentam a dependência dessas famílias quanto a relação com os laticínios. Assim, ao mesmo tempo que essa atividade e meio de comercialização garantem a manutenção dos sujeitos nos lotes, mantem parte do poder exercido, pelas empresas, sobre as relações sociais engendradas no espaço. Assim, conserva-se a situação de monopolização do território, que induzem formas de reprodução social subordinadas à lógica de mercado.

Isto posto, tem-se que os sujeitos desses assentamentos são parte integrante da contradição do capital no campo. E o modo de vida por meio de suas estratégias e sujeição da renda ao capital, garante seu modo de reprodução. Evidencia-se, portanto, que a

exploração do capital ocorre por meio da produção leiteira. E os laticínios/agroindústrias se valem dessas relações para conseguir a produção de capital. Logo, para garantir a reprodução social dos assentados, estes se inserem nessa lógica de produção.

Os sujeitos dessa espacialidade, de acordo com suas demandas, buscam estratégias a fim de garantir seu modo de vida e trabalho. Entretanto, a resistência nos lotes ocorre não só pela renda monetária obtida da relação mencionada, mas também, dos trabalhos realizados fora de seus lotes, aposentadorias, da renda proveniente de políticas públicas e da renda não monetária.

Ademais, com o acesso à terra, esses sujeitos se emancipam da relação capitalista de produção, tendo em vista que eram trabalhadores assalariados, parceiros, temporários e/ou volantes. Portanto, as políticas públicas possuem papel relevante frente ao desenvolvimento socioeconômico, de modo a possibilitar a emancipação e autonomia dos sujeitos frente à lógica de acumulação do capital.

Sendo assim, a realização de uma reforma agrária no país se faz necessária, pois, por meio de ações e políticas públicas, criam-se possibilidades para ampliar o acesso dos sujeitos às melhores condições de vida e trabalho.

Referências

ALIMENTOS TRIÂNGULO MINEIRO. Institucional. Disponível em: <https://www.docemineiro.ind.br/>. Acesso em: Jun. 2017.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo. Ed. Unesp, 2006. 377 p.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) na luta contra a monopolização do território pelo capital. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 36, n. 3, p. 88-107, nov. 2018.

BELLENTANI, Nathalia. Freire. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: Jun. 2018.

CANTO DE MINAS. **A empresa**. Disponível em: <http://www.cantodeminas.com.br/>. Acesso em: Jun. 2017.

CEPEA. **Índice de Captação de Leite Cepea**. Leite ao produtor – mesorregiões. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: Jun. 2017

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de São Paulo/Rio Claro.1998.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae?view=default>. Acesso em: Mai. 2020.

INCRA. **Titulação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em Ago. 2018.

LOPES, Dóri Edson, ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 13, n.1 132 p. 132-148, jun. 2012.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Vol. II. 10ªed. Trad. Reginaldo Sant'anna. Ed. Difel. 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf. Acesso em: Mai. 2017.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná**. 2003. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma Geografia dos camponeses. São Paulo: Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRACANJUBA. **História da empresa**. Disponível em: <https://www.piracanjuba.com.br/>. Acesso em: Ago. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, J.; JORGE, W. J; GEBARA, J. J. Política de Crédito: Condições de vida e resultados na produção. In: SOUZA, J. G, GEBARA, J. J e JORGE, W. J. (Orgs.). **Reforma agrária e crédito rural: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 132-179.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária**, São Paulo, n. 10-11, p. 99-130, 8 dez. 2009.

Sobre os autores

Elaine Aparecida Ramos - Graduação em Geografia - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Geografia pela Universidade

Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Campus Rio Claro – SP. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) - Campus Rio Claro - SP. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-3665-2054>

Ana Claudia Giannini Borges – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Jaboticabal. Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus Rio Claro. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-1079-2190>

Como citar este artigo

RAMOS, Elaine Aparecida; BORGES, Ana Claudia Giannini. As formas de produção e reprodução social nos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 36-57, Dossiê., 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em conjunto. A autora **Elaine Aparecida Ramos** ficou responsável pela aquisição de dados, interpretação, análise e desenvolvimento teórico-conceitual; e a segunda autora **Ana Claudia Giannini Borges**, pela interpretação, análise, e orientação para desenvolvimento teórico-conceitual do artigo.

Recebido para publicação em 20/09/20
Aceito para a publicação em 18/02/21